RBTCC
e-ISSN: 1982-3541
Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva
ABPMC
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO

Análise do comportamento e transfobia no brasil: uma revisão sistemática

Behavior analysis and transphobia in brazil: a systematic review

Análisis del comportamiento y transfóbia en brasil: una revisión sistemática

RESUMO: A transfobia pode ser compreendida como um conjunto de práticas que produzem discriminação, exclusão e violência contra pessoas trans e travestis, selecionando seus repertórios comportamentais sob controle aversivo. No campo da Análise do Comportamento, a produção brasileira sobre o tema permanece limitada e pouco sistematizada. Este estudo teve como objetivo identificar a produção analítico-comportamental brasileira que aborda a transfobia e as contingências relacionadas às experiências de pessoas trans. Realizou-se uma revisão sistemática da literatura conforme o PRISMA 2020, com buscas em periódicos da área e no Google Acadêmico. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, seis estudos foram incluídos. Os achados indicam convergência na compreensão da transfobia como um processo sustentado por contingências coercitivas que produzem efeitos funcionais como fuga, esquiva e sofrimento psicológico. Conclui-se que a Análise do Comportamento oferece contribuições relevantes para a compreensão funcional da transfobia e aponta a necessidade de ampliar pesquisas e intervenções socialmente comprometidas.

Palavras-chave: Transfobia; Analítico-comportamental; LGBTQIA+; Revisão; Gênero.

ABSTRACT: Transphobia can be understood as a set of practices that produce discrimination, exclusion, and violence against transgender people and transvestites, selecting their behavioral repertoires under aversive control. In the field of Behavior Analysis, Brazilian production on the subject remains limited and poorly systematized. This study aimed to identify Brazilian behavior-analytic research addressing transphobia and the contingencies related to the experiences of transgender people. A systematic review of the literature was conducted according to PRISMA 2020, with searches in journals in the field and on Google Scholar. After applying the eligibility criteria, six studies were included. The findings indicate convergence in the understanding of transphobia as a process sustained by coercive contingencies that produce functional effects such as escape, avoidance, and psychological distress. It is concluded that Behavior Analysis offers relevant contributions to the functional understanding of transphobia and points to the need to expand socially committed research and interventions.

Lenn Teixeira Alves de Hellena [1]
David Lemos da Silva Junior [2]
João Nunes Neto [3]
Dyego de Carvalho Costa [4]

[1,2,4] Universidade Estadual do Piauí
[3] Universidade de Brasília

Correspondente
* mhteixeiraalves@aluno.uespi.br

Dados do Artigo
DOI: 10.31505/rbtcc.v28i1.2347
Recebido: 05 de Maio de 2026
1ª Decisão: 04 de Outubro de 2026
Aprovado: 07 de Outubro de 2026
Publicado: 10 de Outubro de 2026
Editor-Chefe: Dr. Fábio Henrique Baia
Editor Adjunto: Prof. Dr. Angelo A. S. Sampaio
Editora Associado: Dr. Felipe Augusto Monteiro Cravo
Estagiário: Mayki Jhefferson Alves Dias

Como citar este documento
Hellena, L.. T. A., Silva Junior, D. L., Nunes Neto, J. & Costa, D. C. (2026). Análise do comportamento e transfobia no brasil: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva,* 28, 298-314. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v28i1.2347

OPEN ACCESS
É permitida a distribuição, remixe, adaptação e criação a partir deste trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Keywords: Transphobia; Behavioral-analysis; Gender; LGBTQIA+; Review

RESUMEN: La transfobia puede entenderse como un conjunto de prácticas que producen discriminación, exclusión y violencia contra personas trans y travestis, seleccionando sus repertorios conductuales bajo control aversivo. En el campo del análisis del comportamiento, la producción brasileña sobre el tema sigue siendo limitada y poco sistematizada. Este estudio tuvo como objetivo identificar la producción analítico-conductual brasileña que aborda la transfobia y las contingencias relacionadas con las experiencias de las personas trans. Se realizó una revisión sistemática según PRISMA 2020, con búsquedas en revistas del área y en Google Académico. Tras aplicar los criterios de elegibilidad, se incluyeron seis estudios. Los resultados indican convergencia en la comprensión de la transfobia como un proceso sustentado por contingencias coercitivas que generan efectos como escape, evitación y sufrimiento psicológico. Se concluye que el análisis del comportamiento aporta a su comprensión funcional y destaca la necesidad de ampliar investigaciones e intervenciones socialmente comprometidas.

Palabras clave: Transfóbia; Analítico-conductual; Género; LGBTQIA+; Revisión.

A transfobia pode ser entendida como um conjunto de práticas sociais que produzem discriminação, marginalização e diferentes formas de violência contra pessoas trans e travestis, ou seja, indivíduos que reivindicam reconhecimento social em uma identidade de gênero distinta daquela que lhes foi atribuída ao nascer (Morris et al., 2021; Leland & Stockwell, 2019). Mais do que episódios individuais isolados, a transfobia constitui um fenômeno de natureza sociopolítica, relacionado a normas de gênero que regulam as condições de reconhecimento e inteligibilidade dos sujeitos (Butler, 2004). Essa regulação pode ser compreendida a partir da crítica à cisgeneridade como norma, que naturaliza determinadas formas de existência e marginaliza aquelas que dela divergem (Nascimento, 2021). Essas práticas se mantêm por meio de sistemas culturais e institucionais que produzem e legitimam concepções rígidas e hierarquizadas de gênero e sexualidade, especialmente em contextos atravessados por heranças coloniais e patriarcais que consolidam a cisnormatividade como padrão dominante (Bento, 2006; Evang, 2022).

No contexto brasileiro, embora haja escassez de dados oficiais produzidos pelo Estado, a magnitude da transfobia pode ser estimada parcialmente por meio de levantamentos realizados por organizações da sociedade civil. Dados do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2025) referentes ao ano de 2024 indicam que o Brasil permaneceu como o país com o maior número de homicídios e suicídios de pessoas LGBT+ no mundo, totalizando 291 mortes violentas, o que corresponde a uma morte a cada 28 horas. De modo convergente, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2025) mapeou, entre 2017 e 2024, um total de 1.179 assassinatos de pessoas trans. Esses dados evidenciam não apenas a gravidade da violência, mas também a persistente omissão estatal na produção sistemática de estatísticas sobre crimes de ódio.

No campo científico, a Análise do Comportamento historicamente se alinhou a práticas que contribuíram para a exclusão de pessoas pertencentes a minorias de sexo e gênero (Capriotti & Donaldson, 2022). A década de 1970, por exemplo, foi marcada por intensos debates no campo analítico-comportamental acerca de técnicas de reorientação sexual e de gênero, como as desenvolvidas por Reker e Lovaas, aplicadas ao caso de uma criança de quatro anos com histórico de "identificação com o gênero oposto" (Morris et al., 2021). Esses métodos reduziram fenômenos sociais complexos a supostos déficits individuais,

desconsiderando as contingências culturais e institucionais que produzem e mantêm a discriminação (Lionço, 2016; Bento, 2017).

Em contraste com o histórico de utilização de técnicas de reorientação sexual e de gênero, a análise do comportamento brasileira passou, nas últimas décadas, a ampliar a atenção conferida a questões relacionadas a grupos socialmente minorizados. Flores Júnior e Laurenti (2024), em uma revisão histórica da literatura analítico-comportamental brasileira, identificaram um crescimento de publicações voltadas a pautas sociais e movimentos antiopressão, incluindo questões de gênero, sexualidade e LGBTQIA+, sobretudo a partir da segunda metade da década de 2010. Esse movimento indica uma ampliação das discussões ético-políticas da área e do interesse por demandas específicas de grupos historicamente oprimidos.

Diferentes estudos têm contribuído para a compreensão de gênero e sexualidade a partir da Análise do Comportamento, abordando tanto as contingências relacionadas à construção das identidades quanto aquelas envolvidas na produção e manutenção de práticas discriminatórias. Nessa perspectiva, Malott (1996) discutiu a homossexualidade, a transexualidade e a heterossexualidade a partir das contingências comportamentais e culturais, enquanto Fazzano e Gallo (2015) analisaram a homofobia sob uma perspectiva analítico-comportamental. Outros trabalhos abordaram especificamente as relações entre gênero, sexualidade e processos de aprendizagem, como Sant'Ana (2003) e Sant'Ana et al. (2019), além da análise do conceito de mulher a partir do modelo de seleção pelas consequências (Silva & Laurenti, 2016).

No campo das intervenções, Mussi e Malerbi (2020) realizaram uma revisão de estudos sobre intervenções afirmativas para pessoas LGBTQI+ sob uma perspectiva analítico-comportamental, evidenciando a produção ainda limitada e a predominância de determinadas populações nas pesquisas. Nessa mesma direção, Fazzano et al. (2022) analisaram a LGBTfobia no contexto psicoterapêutico, discutindo as contingências sociais e culturais que podem contribuir para sua reprodução na prática clínica e a necessidade de que terapeutas desenvolvam repertórios que não perpetuem práticas discriminatórias. Também foram desenvolvidas análises voltadas especificamente às experiências de pessoas trans, como o estudo de Zin et al. (2022), que discutiu as contingências sociais e o controle aversivo envolvidos na identidade e nas vivências de pessoas transgênero binárias.

Em conjunto, essas produções indicam a ampliação do interesse da área por questões relacionadas a gênero e sexualidade, ao mesmo tempo em que evidenciam a necessidade de ampliar a investigação sobre diferentes populações, contextos e práticas discriminatórias. Essa expansão também foi identificada por Cravo et al. (2022), em uma revisão da produção analítico-comportamental nacional sobre gênero e sexualidade, e por Cordeiro Silva et al. (2024), que, ao examinarem especificamente a relação entre gênero e prática clínica analítico-comportamental, destacaram a necessidade de maior atenção às contingências culturais e às variáveis de gênero na atuação clínica.

Revisões no campo dos estudos de gênero articuladas à Análise do Comportamento, como a de Hofstetter (2020), têm contribuído para a compreensão do gênero como um fenômeno multideterminado, resultante da interação entre os três níveis de seleção do comportamento (filogenético, ontogenético e cultural), ainda que a contribuição acerca do nível filogenético seja bastante discreta. Essa perspectiva multidimensional questiona a noção de que existam formas corretas ou inadequadas de comportamento, ao reconhecer que os sujeitos podem se expressar de múltiplas maneiras a partir de suas histórias

singulares de interação com o ambiente. Nessa direção, o indivíduo é compreendido como um agente que age em contexto (Ruiz, 1998; Matos, 1999), o que favorece análises funcionais e contextuais do comportamento.

Em uma pesquisa realizada por Ramos et al. (2026) com 535 psicólogos clínicos brasileiros atuantes, 31,4% concordaram em alguma medida com a afirmativa de que, caso solicitado, o psicoterapeuta deve ajudar o paciente a mudar de transexual/transgênero para cisgênero. Quando os pesquisadores realizaram um recorte para profissionais cisgênero e heterossexuais, 37,6% ajudariam na conversão da identidade de gênero. Esse dado torna-se preocupante à medida que, em 2018, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou uma nova resolução impedindo tratamentos de conversão e tratamentos discriminatórios/transfóbicos em relação às pessoas transexuais e travestis (CFP, 2018).

No entanto, tais práticas opressoras não se restringem ao saber psicológico e podem ser observadas em outras áreas do conhecimento, como o jurídico, que invisibilizam a população trans e seus direitos. Em um recente livro publicado sobre audiências de custódia em uma unidade prisional voltada para mulheres trans no Paraná, Barausse (2026) constatou que, mesmo com a resolução 348/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)[1], os magistrados tendem a não informar as mulheres trans e travestis acerca dos seus direitos garantidos. Ademais, o autor verificou que, durante a análise dos elementos pré-processuais, os agentes da lei tendem a não respeitar os pronomes e nomes sociais exigidos pelas mulheres trans e travestis (Barausse, 2026), o que pode ser configurado enquanto uma prática excludente.

Contudo, mesmo com resoluções e dispositivos que favoreçam a população trans, vê-se que profissionais da psicologia e de outras áreas ainda mantêm condutas discriminatórias. A luta contra a transfobia, conversão de identidade de gênero e patologização das transgeneridades vem sendo construída há décadas por uma corrente feminista denominada transfeminismo (Nascimento, 2021). Dentre seus princípios, reside a noção do caráter internacional das opressões que recaem sobre corpos que se afastam dos ideais racistas e sexistas da sociedade (Jesus, 2014), o que dialoga com a perspectiva comportamental que compreende o caráter multifatorial da determinação no comportamento humano.

Nessa lógica, a análise do comportamento pode ser uma ferramenta útil na produção de conhecimentos que auxiliem na identificação de eventos e contingências opressoras que afetam as pessoas trans, que é o escopo deste trabalho. No entanto, apesar da relevância social do tema e do potencial explicativo e interventivo da análise do comportamento, a produção científica analítico-comportamental sobre gênero e sexualidade no Brasil permanece limitada e pouco sistematizada (Cravo et al., 2022). Isso porque, além da mudança de perspectiva citada anteriormente, as revisões da literatura também indicam que os estudos existentes são escassos, dispersos e concentrados em recortes específicos, o que dificulta a compreensão abrangente de como a transfobia tem sido investigada no campo analítico-comportamental (Hofstetter, 2020). Essa lacuna restringe a avaliação do estado atual do conhecimento e a formulação de intervenções fundamentadas em evidências.

Diante desse cenário, o objetivo do presente estudo é investigar e sintetizar a produção científica analítico-comportamental brasileira que aborda a transfobia e as contingências relacionadas às

[1] A resolução 348/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) prevê procedimentos relacionados ao tratamentos de pessoas LGBTI+ no sistema prisional, como a garantia à autodeterminação à orientação sexual e identidade de gênero sem sofrer discriminação.

experiências de pessoas trans e travestis, buscando caracterizar como essas práticas sociais têm sido descritas e analisadas pela Análise do Comportamento. Ao sistematizar os achados existentes, pretende-se contribuir para a compreensão funcional da transfobia e para a identificação de lacunas na produção científica da área, bem como oferecer subsídios teóricos para pesquisas futuras.

Método

Para atender ao objetivo do presente trabalho, que consiste em identificar as contribuições da Análise do Comportamento brasileira para o entendimento das contingências aversivas às quais as pessoas trans e travestis estão submetidas, adotou-se o protocolo de revisão sistemática Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses – PRISMA 2020 (Page et al., 2021). Este tipo de revisão foi escolhido em razão de sua capacidade de sintetizar o atual estado de pesquisa e por utilizar métodos explícitos e sistemáticos para reunir as conclusões da literatura pesquisada (Page et al., 2021).

Fontes de informação e estratégia de busca

As bases de dados utilizadas para a busca foram: Revista Perspectivas Em Análise Do Comportamento (RPAC); Revista Brasileira de Análise do Comportamento (REBAC); Acta Comportamentalia (ACTA); Revista de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTCC); e o Google Acadêmico, plataforma indexadora de trabalhos científicos e acadêmicos.

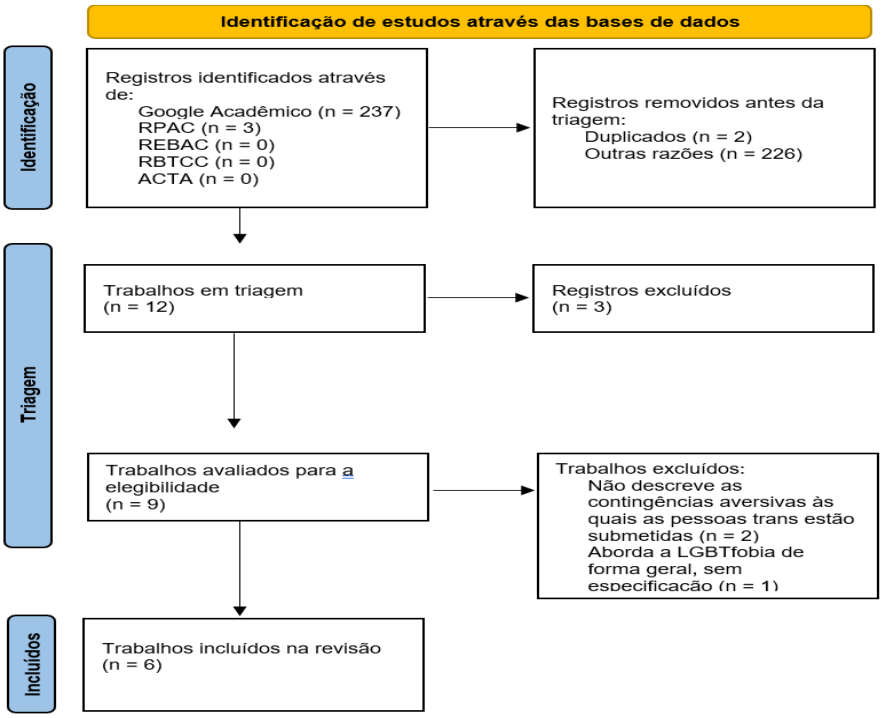
Para realizar a busca nos periódicos específicos de Análise do Comportamento (REBAC, ACTA, RPAC, RBTCC), os descritores “transexualidade”, “transgeneridade” e “transfobia” foram utilizados individualmente. Para a pesquisa na plataforma Google Acadêmico, a opção de pesquisa avançada foi utilizada para refinar os resultados da pesquisa, resultando na seguinte combinação de palavras na ferramenta de busca: (Transexualidade OR Transfobia OR Transgeneridade) AND ("Análise do Comportamento") -jurídico -informacional. Quando pesquisado na plataforma Google Acadêmico, Restringiram-se os resultados para “Pesquisar Páginas em Português”. Consideraram-se os estudos publicados entre 2015 e 2025.

Critérios de elegibilidade

Foram incluídos estudos que: (1) abordassem a transfobia ou práticas sociais relacionadas à discriminação, violência, exclusão ou invalidação de pessoas trans e travestis, contemplando a descrição ou análise das contingências envolvidas nessas experiências; (2) fossem publicados em português; e (3) estivessem disponíveis integralmente para leitura, conforme apresentados pela Figura 1.

Foram excluídos estudos que: (1) abordassem a população LGBTQIA+ de forma geral, sem apresentar análise ou descrição específica das experiências de pessoas trans e travestis; (2) utilizassem os termos transexual, transgênero ou travesti apenas como parte da população LGBTQIA+, sem diferenciar suas experiências; (3) não apresentassem discussão relacionada às práticas discriminatórias, violentas, excludentes ou às contingências que atravessam as experiências da população trans. Nos casos em que o título não permitiu a seleção do estudo, realizou-se a leitura do resumo e, por fim, do texto completo.

Figura 1. *Diagrama de Fluxo PRISMA 2020. Adaptado e Traduzido de PRISMA 2020*



Resultados

A busca sistemática resultou em um conjunto inicial de estudos potencialmente relevantes e, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, seis estudos foram considerados elegíveis a essa revisão sistemática. O processo de identificação, triagem e inclusão dos trabalhos encontra-se descrito no fluxograma da Figura 1.

Durante a etapa de leitura na íntegra, três estudos foram excluídos por não atenderem aos objetivos e critérios desta revisão sistemática (Souza et al., 2022; Mizael et al., 2022; Fazzano et al., 2022). O estudo de Souza et al. (2022) se propôs a analisar os impactos na saúde mental a partir da teoria do estresse de minorias sob enfoque analítico comportamental, mas sem analisar contingências específicas às quais as pessoas transgênero estão submetidas. Mizael et al. (2022) é um editorial da edição especial de estresse de minorias da revista Perspectivas em Análise do Comportamento. Por fim, o artigo de Fazzano et al. (2022) foi excluído por abordar a LGBTfobia de forma geral, sem delimitação das vivências das pessoas transgêneros.

Os estudos incluídos nesta revisão foram publicados entre 2018 e 2025 e compreendem cinco artigos científicos e uma dissertação de mestrado, conforme apresentado na Tabela 1. Apesar da diversidade metodológica, observa-se convergência quanto ao interesse em analisar experiências de pessoas trans a partir da Análise do Comportamento. Dois estudos adotaram delineamento empírico qualitativo, com uso de entrevistas semiestruturadas junto a pessoas trans (Devides, 2018; Silva & Viecili, 2022), enquanto Mussi e Malerbi (2020) realizaram uma análise documental de relatos autobiográficos presentes no livro *Vidas Trans*. Além disso, dois trabalhos apresentaram caráter teórico-conceitual, fundamentados na Análise do Comportamento e no contextualismo funcional (Zin et al., 2022; Chaveiro et al., 2025), e um estudo consistiu em uma revisão narrativa da literatura, com foco específico no ambiente escolar (Siqueira & Siqueira, 2022).

Tabela 1. *Estudos incluídos após a triagem*

Autores	Ano	Título	Local de Publicação
Mussi & Malerbi	2020	Análise de contingências a partir dos relatos de pessoas transgênero em um livro autobiográfico	Psicologia Revista – PUC SP
Zin et al.	2022	Self e transgeneridade: contingências sociais e controle aversivo na identidade e vivências de transgêneros binários	Perspectivas em Análise do Comportamento
Siqueira & Siqueira	2022	Estratégias da análise do comportamento para diminuição de atos agressivos contra transexuais no ambiente escolar	Perspectivas em Análise do Comportamento
Devides	2018	A violência contra travestis e transexuais mulheres a partir de uma perspectiva analítico-comportamental	Dissertação de PPG em Análise do Comportamento – UEL
Silva & Viecili	2022	Características do comportamento de microagressão contra pessoas trans em ambientes de trabalho.	Perspectivas em Análise do Comportamento
Chaveiro et al.	2025	Masculinidades plurais e Análise do Comportamento: uma perspectiva interseccional	Perspectivas em Análise do Comportamento

De modo geral, os estudos compartilham a análise de práticas sociais e contingências que atravessam as vivências de pessoas trans, permitindo a identificação de padrões comuns de controle aversivo e exclusão. Ao mesmo tempo, diferenciam-se quanto aos contextos investigados, que incluem o ambiente escolar, o mercado de trabalho, trajetórias de vida e processos de socialização ao longo do desenvolvimento, bem como análises mais amplas sobre gênero, identidade e práticas sociais, conforme apresentado na Tabela 2. Essa diversidade de contextos e delineamentos possibilitou uma compreensão articulada das contingências transfóbicas em níveis interpessoal, institucional, intrapessoal e cultural.

Tabela 2. *Características metodológicas e principais achados dos estudos incluídos*

Pesquisa	Objetivo	Método	Resultados finais
Mussi & Malerbi, 2020	Analisar os relatos do livro *Vidas Trans*, com vistas a identificar as principais contingências de reforçamento presentes nessas histórias	Análise dos relatos dos autores do livro *Vidas Trans* sob a ótica analítico-comportamental	Discute a importância de estudar as variáveis de controle do comportamento de pessoas trans e não focar apenas na topografia. Além disso, ressalta a importância de entender que um vasto repertório de fuga/esquiva é mantido sob controle de ambientes coercitivos.
Zin et al., 2022	Apresentar um modelo de desenvolvimento de identidades em pessoas trans a partir da noção de *Self* ; e examinar o papel das agências de controle na	Teórico-conceitual; Abordagem contextualista-funcional; articulação entre contingências	Apresenta que o repertório comportamental das pessoas trans é socialmente selecionado e mantido, porém, as agências se organizam a fim de "reorganizar" ou eliminar

	perpetuação de definições tradicionais de gênero e sua relação com a transgeneridade	sociais, práticas culturais e controle aversivo	esse repertório, levam a práticas de controle aversivo complexas e intensas. Além de contribuir com o entendimento de que a Análise do Comportamento é uma ferramenta que pode auxiliar na construção de uma sociedade mais "positiva"
Siqueira & Siqueira, 2022	Compreender como a filosofia behaviorista radical pode contribuir para analisar e lidar com as demandas de violência e rejeição que travestis, mulheres trans e homens trans podem sofrer no ambiente escolar	Revisão Narrativa	Propõe a diminuição de violência contra transexuais no ambiente escolar através de um ensino que os tornem "visíveis", incluindo a inserção no currículo escolar; e realizar análise funcional junto aos agressores para que estes discriminem os efeitos de sua prática como meio de controlar seus comportamentos
Devides, 2018	Identificar e analisar a violência contra travestis e mulheres transexuais a partir de uma perspectiva analítico-comportamental, buscando: Compreender o processo de construção da identidade trans; Identificar contingências mantenedoras da violência a partir dos relatos das próprias participantes; Relacionar práticas culturais, estímulos aversivos e agências de controle à manutenção da transfobia.	Estudo qualitativo, descritivo, com análise funcional do comportamento. Participantes: 4 pessoas trans (3 mulheres transexuais e 1 travesti), maiores de 18 anos, residentes no interior do Paraná. Instrumento: entrevistas semi-estruturadas. Procedimento: entrevistas gravadas, transcritas e analisadas. Análise dos dados: categorização não-apriorística, articulada à teoria da Análise do Comportamento.	Discute que experiências recorrentes de violência e exclusão social Leva ao desenvolvimento de um repertório comportamental marcado por comportamentos de fuga e esquiva, além de subprodutos emocionais, como medo, fobia, depressão e ansiedade.
Silva & Viecili, 2022	Caracterizar as classes de comportamentos que compõem o processo de microagredir pessoas trans no ambiente de trabalho	Entrevista com 6 pessoas trans entre 27 e 35 anos que estavam trabalhando, a fim de identificar classes de estímulos	Caracterizou microagressões no ambiente de trabalho como classes de respostas mantidas pelo silenciamento ou exclusão da pessoa trans

		antecedentes, classes de respostas e classes de estímulos consequentes de episódios de microagressões sofridos em contextos de trabalho	
Chaveiro et al., 2025	Mapear discussões essenciais para o entrelaçamento das masculinidades e interseccionalidades no campo da Análise do Comportamento	Artigo teórico que examina o entrelaçamento entre as masculinidades plurais, a interseccionalidade e a Análise do Comportamento	Discute a predominância de contingências aversivas em razão da cisnormatividade na vivência das transmasculinidades, como dificuldades no ambiente de trabalho e no acesso a banheiros adequados à sua identidade de gênero

A partir dessa síntese, os resultados foram organizados em três eixos temáticos, definidos pela recorrência, convergência e relevância dos achados: (1) Violências, Microagressões e Exclusão Social; (2) Cisnormatividade, Repertório Comportamental e Controle Aversivo; e (3) Eventos Privados e Produção de Vulnerabilidade Psicossocial. Esses eixos foram organizados de modo a identificar as violências que operam de forma direta e explícita, tais como violências físicas e verbais, microagressões e a exclusão de ambientes sociais, como a escola e o ambiente de trabalho (1); o efeito da cisnormatividade na padronização de repertórios comportamentais relacionados ao gênero (2); e como práticas coercitivas podem influenciar no repertório de autodescrição das pessoas trans e as vulnerabilidades psicossociais decorrentes de práticas transfóbicas (3).

Violências, Microagressões e Exclusão Social

Os estudos incluídos convergem ao indicar que pessoas trans estão expostas a múltiplas formas de violência que variam em intensidade, frequência e contexto, mas que operam de maneira funcionalmente coerente como contingências aversivas. São descritos episódios recorrentes de violência verbal, física, simbólica e institucional, incluindo a invalidação da identidade de gênero, o uso incorreto de pronomes e nomes sociais, piadas depreciativas, assédio e práticas de exclusão social.

A violência física é descrita de forma mais explícita na dissertação de Devides (2018), que relata agressões corporais, ameaças e episódios de extrema violência como experiências recorrentes ao longo da trajetória das participantes. Zin et al. (2022) situam esse tipo de violência em um continuum da transfobia, incluindo espancamentos e assassinatos, articulando a análise a dados epidemiológicos. Nos demais estudos, a violência física aparece de forma indireta, como ameaça latente, ainda assim influenciando a restrição da circulação em espaços públicos e sociais.

Em paralelo, as microagressões são caracterizadas como práticas aversivas de alta frequência e baixa intensidade isolada, com efeitos cumulativos ao longo do tempo. O estudo de Silva e Viecili (2022) apresenta padrões recorrentes de contingências aversivas às quais as pessoas trans estão submetidas. Como antecedentes, as autoras pontuam o uso reiterado de pronomes errados,

posturas comunicativas impositivas, deboches por parte do agressor, ameaça de exposição da identidade de gênero da pessoa e o uso do nome morto (microagressões). O comportamento das pessoas trans dentro dessas contingências envolve esquiva, retraimento social, desconforto – subproduto emocional – e tentativa de confronto com o agressor. As consequências apontadas incluem a manutenção da prática discriminatória, o agressor ignorar o problema mesmo após o confronto da vítima e, em alguns casos, até mesmo a demissão da pessoa trans.

Para além das interações interpessoais, os estudos convergem ao demonstrar que a transfobia é sistematicamente produzida por instituições formais que operam como agências de controle social. As particularidades observadas dizem respeito aos arranjos institucionais em que tais contingências se manifestam. No contexto escolar, Siqueira e Siqueira (2022) apontam a invisibilidade curricular e a omissão institucional como práticas associadas à evasão escolar. No mercado de trabalho, Silva e Viecili (2022) descrevem ambientes organizacionais hostis, exclusões veladas e demissões, enquanto Devides (2018) analisa a negação do nome social, a restrição ao uso de banheiros e a atuação excludente de serviços públicos como práticas estatais coercitivas e Chaveiro et al. (2025) retratam situações às quais homens trans estão submetidos, como a falta de adaptação em espaços públicos, como em banheiros, uso inadequado do nome social em interações cotidianas, associado ao constrangimento e ao isolamento social, mesmo na ausência de agressões diretas.

Embora essas situações apresentem formas variadas, elas são funcionalmente semelhantes no que se diz respeito ao controle social: a invalidação da identidade de gênero e promoção de um ambiente laboral desconfortável produz contextos de exclusão e desigualdade para as pessoas trans, além de subprodutos emocionais decorrente da desvalorização sistemática.

Cisnormatividade, Repertório Comportamental e Controle Aversivo

Os estudos reunidos neste eixo temático evidenciam que a cisnormatividade se sustenta por meio de práticas coercitivas voltadas à padronização de repertórios comportamentais relacionados ao gênero. Tais práticas operam predominantemente sob controle aversivo, utilizando punições, sanções e ameaças de consequências negativas para reduzir a emissão de comportamentos que divergem das normas de gênero socialmente estabelecidas, com impactos diretos na organização do repertório comportamental de pessoas trans.

Mussi e Malerbi (2020) ressaltam que punição “corretiva” é uma das estratégias utilizadas para a correção comportamental quando a pessoa emite respostas sob controle da sua identidade de gênero. Zin et al. (2022) destacam que a comunidade pode recorrer a práticas extremas de controle, que vão desde sanções verbais a estupros denominados “corretivos” contra indivíduos que divergem da cisnormatividade. Embora tais práticas sejam topograficamente distintas, elas podem ser funcionalmente agrupadas na medida em que elas possuem a mesma função: diminuir a emissão de comportamentos socialmente indesejados em pessoas transgênero através do controle aversivo.

Siqueira e Siqueira (2022) corroboram essa noção ao indicar que o agressor recorre à punição como meio de reduzir a probabilidade de comportamentos avaliados como indesejados. Por estarem submetidas a um histórico de contingências aversivas, as pessoas trans desenvolvem um repertório de fuga/esquiva, em que evitam contextos que historicamente foram associados à punição, contribuindo para a manutenção de padrões comportamentais organizados em função de evitar e fugir de situações aversivas. Esses achados dialogam com análises que conceituam a transfobia como um processo no qual a própria pessoa trans passa a funcionar como estímulo antecedente

aversivo para a emissão de respostas agressivas por parte de terceiros, resultando em consequências como silêncio, exclusão ou retirada do ambiente (Siqueira & Siqueira, 2022; Silva & Viecili, 2022).

Eventos Privados e Produção de Vulnerabilidade Psicossocial

Mussi e Malerbi (2020) descrevem que a comunidade verbal ensina a autodescrição a partir de estímulos corporais aparentes. Dessa forma, pessoas transgênero, devido ao ensino de autodescrição dentro de uma cultura cissexista, passam a avaliar seus corpos e suas transformações internas e externas como "errados". Essa autodescrição produz subprodutos emocionais nas pessoas trans, tais como sensações de desconforto, incômodo e medo como eventos privados correlacionados com contingências aversivas (Mussi & Malerbi, 2020).

Devides (2018) aponta que a exposição contínua a contingências aversivas contribui para processos de estigmatização, isolamento social e aumento da vulnerabilidade da população trans. Como desdobramento dessas condições, muitas pessoas transgênero vivenciam a ruptura precoce dos vínculos familiares em decorrência da intolerância parental, o que pode resultar na inserção em contextos de extrema precarização social, como a situação de rua e a prostituição. Essa vulnerabilidade, associada aos fatores anteriormente descritos, compromete o acesso a serviços básicos, incluindo saúde e segurança pública, ampliando os efeitos das contingências aversivas às quais esse grupo está submetido (Devides, 2018).

Além disso, diante de histórias reiteradas de punição e reforçamento negativo, Devides (2018) observa a consolidação de repertórios de fuga, esquiva e contracontrole, acompanhados de subprodutos emocionais previsíveis, como medo, ansiedade, estresse, empobrecimento do repertório comportamental e sofrimento psicológico. Esses efeitos, longe de configurarem déficits individuais, refletem o impacto cumulativo de contingências aversivas distribuídas em diferentes contextos sociais e institucionais.

Discussão

Interpretação dos achados e implicações para a Análise do Comportamento

Os resultados desta revisão sistemática mostram que a transfobia, quando analisada a partir da Análise do Comportamento no contexto brasileiro, não se apresenta como episódios isolados, mas como práticas recorrentes que organizam o cotidiano de pessoas trans por meio de contingências predominantemente coercitivas. Ainda que os estudos incluídos se diferenciem quanto aos métodos e contextos investigados, há uma convergência clara quanto aos efeitos dessas práticas: a restrição de repertórios comportamentais e o afastamento progressivo de espaços sociais, educacionais e profissionais (Devides, 2018; Mussi & Malerbi, 2020; Zin et al., 2022). Em conjunto, os estudos permitem compreender a transfobia como um fenômeno produzido e mantido em diferentes níveis das relações sociais.

Essa interpretação encontra respaldo em uma literatura analítico-comportamental mais ampla sobre minorias sexuais e de gênero. Souza et al. (2022), ao analisarem a teoria do estresse de minorias sob uma perspectiva comportamental, destacam que práticas sociais estigmatizantes podem estabelecer relações coercitivas e favorecer processos de punição, fuga e esquiva, invalidação e ocultação da identidade. Embora o artigo não seja específico sobre transfobia, sua formulação permite compreender como contingências sociais aversivas podem produzir efeitos comportamentais e psicológicos em pessoas pertencentes a minorias de sexo e gênero.

Um aspecto que atravessa os achados é o uso sistemático de consequências punitivas como forma de regular expressões de gênero dissidentes. Violências físicas, microagressões, e exclusões institucionais não apenas produzem sofrimento imediato, mas também ensinam, ao longo do tempo,

quais comportamentos devem ser evitados. Como consequência, respostas de esquiva, silenciamento e retraimento tornam-se estratégias recorrentes, ainda que impliquem perdas significativas de acesso a reforçadores sociais e oportunidades de desenvolvimento (Silva & Viecili, 2022; Siqueira & Siqueira, 2022). A Tabela 3 sintetiza os principais contextos nos quais a transfobia se manifesta e os efeitos funcionais dessas práticas sobre o repertório comportamental de pessoas trans.

Tabela 3. *Práticas transfóbicas, controle aversivo e efeitos sobre o repertório comportamental*

Contexto / Agência de controle	Práticas transfóbicas descritas	Tipo de controle predominante	Efeitos sobre o repertório comportamental	Efeitos encobertos	Estudos
Família / comunidade verbal	Sanções verbais, invalidação da identidade, punições "corretivas"	Punição e reforçamento negativo	Fuga, esquiva, silenciamento, ruptura de vínculos	Medo, sentimentos de inadequação, vulnerabilidade social	Mussi & Malerbi (2020); Devides (2018); Zin et al. (2022)
Escola	Negação do nome social, bullying, restrição ao uso de banheiros	Punição e reforçamento negativo	Esquiva do ambiente escolar, evasão escolar	Isolamento social, restrição de oportunidades educacionais	Siqueira & Siqueira (2022); Zin et al. (2022)
Mercado de trabalho	Uso incorreto de nome/pronomes, piadas, perguntas invasivas e demissões	Punição e controle aversivo	Retraimento, redução de interação, esquiva do ambiente	Sofrimento emocional, insegurança, exclusão profissional	Silva & Viecili (2022); Chaveiro et al. (2025)
Espaços públicos	Ameaças, medo de violência, inadequação estrutural (banheiros)	Sinalização de punição física	Restrição da circulação, esquiva de espaços públicos	Ansiedade, medo, limitação de acesso a reforçadores sociais	Devides (2018); Chaveiro et al. (2025)
Contextos comunitários ampliados	Violência física extrema (espancamentos, estupros "corretivos", assassinatos)	Punição extrema e controle aversivo	Restrição generalizada de repertórios, contracontrole	Trauma, sofrimento intenso, risco à vida	Zin et al. (2022); Devides (2018)

Nesse sentido, as microagressões também assumem um papel expressivo. Embora muitas vezes percebidas como eventos "menores", práticas como o uso reiterado de pronomes incorretos, piadas ou questionamentos constantes sobre a identidade de gênero criam ambientes hostis. Os estudos indicam que esse caráter contínuo e cumulativo é suficiente para produzir efeitos duradouros, como redução da interação social, isolamento e desistência de contextos antes considerados relevantes (Mussi & Malerbi, 2020; Silva & Viecili, 2022).

Além disso, é perceptível que os impactos dessas contingências não se restringem ao nível observável do comportamento. Os trabalhos analisados mostram que a exposição prolongada a ambientes invalidantes está associada a medo, ansiedade, sentimentos persistentes de inadequação e, em casos mais extremos, ideação suicida (Devides, 2018; Zin et al., 2022). Esses eventos privados aparecem como efeitos previsíveis de histórias marcadas por punição e reforçamento negativo, apontando uma certa urgência em compreendê-los como produtos das condições sociais, e não como características individuais.

Zin et al. (2022) discutem a responsabilização individual como um mecanismo no qual as consequências produzidas pelo comportamento do indivíduo são utilizadas para fortalecer argumentos normativos. Ou seja, as pessoas transgêneros ao estarem submetidas a contextos aversivos, independentemente de suas reações (contracontrole ou esquiva/fuga), as consequências produzidas tendem a ser utilizadas para a manutenção e fortalecimento das contingências aversivas que caracterizam esses contextos, como negação do nome social e sofrer bullying na escola. Em conjunto, esses achados indicam uma metacontingência institucional na qual práticas transfóbicas são selecionadas e mantidas por seus produtos agregados (como a exclusão, o silenciamento e a marginalização de pessoas trans), criando contextos previsivelmente aversivos que favorecem respostas de esquiva e retraimento.

Produção do conhecimento, representatividade e diálogo interdisciplinar

Embora a Análise do Comportamento ofereça instrumentos conceituais para descrever relações entre práticas sociais, contingências e comportamento, a compreensão de fenômenos relacionados a gênero e transfobia pode ser ampliada pelo diálogo com produções formuladas a partir das experiências e perspectivas de pessoas trans e travestis. Nesse sentido, a interlocução com os estudos transfeministas representa a possibilidade de problematizar as condições históricas e sociais que definem quais experiências são reconhecidas, quais sujeitos são legitimados e quais conhecimentos adquirem circulação no campo acadêmico.

Nascimento (2021), ao discutir o transfeminismo, desloca a compreensão das experiências trans de perspectivas centradas na patologização e na inadequação às normas de gênero, enfatizando a autodeterminação e a produção de outras possibilidades de existência. Essa perspectiva contribui para a compreensão da transfobia como um fenômeno relacionado às práticas culturais que estabelecem determinados modos de existência como referência e posicionam outros como desviantes. Esse argumento converge com a produção de Jaqueline Gomes de Jesus, que articula gênero, raça e interseccionalidade à crítica de concepções biologizantes das identidades trans. Jesus e Alves (2012) discutem a cisgeneridade como referência para a regulação de corpos que não correspondem às normas binárias de gênero, enquanto Jesus (2014) compreende o transfeminismo como uma perspectiva que questiona a redução do gênero a características biológicas e considera a articulação entre diferentes formas de opressão. Para a Análise do

Comportamento, essa interlocução permite investigar contextos culturais nos quais determinadas categorias de gênero são produzidas, naturalizadas e diferencialmente consequenciadas.

Ademais, Nascimento (2022), ao analisar epistemologias transfeministas negras brasileiras, destaca a articulação entre autodefinição, combate ao cissexismo e ao racismo e reconhecimento da multiplicidade das experiências de gênero. Essa produção sugere que a análise da transfobia não deve tratar a população trans como um grupo homogêneo, uma vez que as contingências sociais relacionadas ao gênero podem assumir diferentes funções quando articuladas a marcadores como raça, classe e outras condições de desigualdade.

Essa necessidade de considerar diferentes dimensões da experiência também se aproxima dos achados da presente revisão. Os estudos incluídos contemplaram diferentes contextos, identidade e autodescrição (Mussi & Malerbi, 2020; Zin et al., 2022), violência e relações institucionais (Devides, 2018), escola (Siqueira & Siqueira, 2022), trabalho (Silva & Viecili, 2022) e transmasculinidades (Chaveiro et al., 2025) , mas permaneceram concentrados em um conjunto restrito de experiências. Essa limitação reforça a necessidade de ampliar a investigação para diferentes trajetórias e intersecções, especialmente entre gênero, raça e classe. Decerto, a interlocução entre diferentes formas de produção de conhecimento contribui tanto para ampliar a compreensão da Análise do Comportamento sobre os processos que sustentam essas práticas quanto para identificar condições que possam favorecer sua transformação e o desenvolvimento de repertórios socialmente inclusivos.

Considerações Finais

Essa pesquisa teve como objetivo identificar e sintetizar a produção analítico-comportamental brasileira que aborda a transfobia e as contingências relacionadas às experiências de pessoas trans e travestis. Os estudos incluídos, publicados entre 2018 e 2025, indicam que a transfobia é um fenômeno complexo que se apresenta como um conjunto de práticas sociais sustentadas por contingências predominantemente coercitivas em diferentes níveis (interpessoal, institucional, intrapessoal e cultural) e contextos igualmente variados, como o familiar, escolar, laboral e demais espaços públicos.

Apesar da diversidade de métodos e contextos investigados, os estudos convergem em alguns aspectos. O primeiro aspecto condiz com as diferentes formas de violência (de microagressões a agressões físicas) que, embora topograficamente distintas, funcionam como contingências aversivas que regulam expressões de gênero dissidentes; em segundo lugar, é achado que a cisnormatividade se mantém por meio de punição e reforçamento negativo, favorecendo a instalação de repertórios de fuga, esquiva e contracontrole, com perda de acesso a reforçadores individuais e sociais; por último, é o entendimento de que a exposição prolongada a esses ambientes produz subprodutos emocionais como medo, ansiedade e sentimentos de inadequação, além de ampliar a vulnerabilidade psicossocial da população trans e travesti.

Além disso, a revisão evidenciou lacunas importantes na literatura: foram encontrados apenas seis estudos elegíveis, com predominância de trabalhos qualitativos, teórico-conceituais e revisões narrativas. Também permanecem pouco exploradas determinadas experiências, incluindo a não-binariedade, travestilidade, transfeminilidade, transmasculinidade e as intersecções entre identidade de gênero, raça e classe social, limitando a possibilidade de estabelecer conclusões mais amplas sobre a ocorrência e a distribuição das contingências identificadas.

A própria heterogeneidade metodológica entre os estudos incluídos constitui uma limitação

adicional para a síntese dos achados, uma vez que diferentes fontes de dados, populações e contextos inviabilizam comparações quantitativas diretas. Some-se a isso o fato de que a estratégia de busca concentrou-se em periódicos específicos da Análise do Comportamento, no Google Acadêmico e em trabalhos publicados em português (visto que o objetivo era analisar a produção brasileira), de modo que produções relevantes disponíveis em outras bases ou idiomas podem não ter sido identificadas.

Essas lacunas indicam a necessidade de ampliar a investigação empírica sobre transfobia na Análise do Comportamento, especialmente por meio de estudos que avaliem intervenções voltadas à redução de práticas discriminatórias. São necessárias, ainda, pesquisas que investiguem não apenas os efeitos das contingências sobre as pessoas trans, mas os contextos que mantêm as práticas discriminatórias e as condições que poderiam favorecer repertórios alternativos em indivíduos, grupos e instituições. Para isso, entretanto, a produção da área pode se beneficiar do diálogo mais sistemático com perspectivas produzidas por pessoas que têm suas vivências atravessadas pela discriminação.

Conclui-se que a Análise do Comportamento oferece ferramentas relevantes para a compreensão funcional da transfobia como prática cultural. Seu potencial, no entanto, só será plenamente realizado se a área ampliar a produção de conhecimento e assumir um compromisso ético e político com a transformação de contingências coercitivas em condições de maior inclusão, dignidade e acesso a uma vida mais justa para a população trans e travesti.

Declaração de Contribuição de Autoria CRediT

Conceitualização: Lenn Teixeira Alves de Hellena; David Lemos da Silva Junior

Curadoria dos Dados: não foi necessário

Análise Formal: Lenn Teixeira Alves de Hellena; David Lemos da Silva Junior

Aquisição de Financiamento: pesquisa sem financiamento

Investigação: David Lemos da Silva Junior; Lenn Teixeira Alves de Hellena

Metodologia: David Lemos da Silva Junior

Administração do Projeto: Lenn Teixeira Alves de Hellena

Recursos: não foi necessário para a pesquisa

Software: não foi utilizado software na pesquisa

Supervisão: Dyego de Carvalho Costa

Validação: João Nunes Neto

Visualização: David Lemos da Silva Junior; João Nunes Neto

Escrita – Esboço original: Lenn Teixeira Alves de Hellena; David Lemos da Silva Junior

Escrita – revisão e edição: Lenn Teixeira Alves de Hellena; Dyego de Carvalho Costa; João Nunes Neto; David Lemos da Silva Junior

Declaração de Conflito de Interesses

Os autores Lenn Teixeira Alves de Hellena, David Lemos da Silva Junior, João Nunes Neto e Dyego de Carvalho Costa declaram não ter nenhum conflito de interesse.

Referências

Associação Nacional de Travestis e Transsexuais brasileiras. (2025). *Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024.* https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf

Barausse, D. P. (2026). *"Doutor Juiz, eu sou uma travesti": perspectivas transfeministas sobre audiências de custódia no processo penal brasileiro*. Curitiba: Appris.

Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.

Bento. B. (2017). *Transviadas. Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos*. Salvador: EDUFBA.

Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Routledge. https://doi.org/10.4324/9780203499627

Capriotti, M. R., & Donaldson, J. M. (2022). "Why don't behavior analysts do something?"

Behavior analysts' historical, present, and potential future actions on sexual and gender minority issues. *Journal of Applied Behavior Analysis*, *55*(1), 19-39. https://doi.org/10.1002/jaba.884

Chaveiro, M. M. R. de S., Oliveira, G. A. de, & Gotti, E. S. (2025). Masculinidades plurais e Análise do Comportamento: uma perspectiva interseccional. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, *16*(1), 023-042. https://doi.org/10.18761/pac1016

Conselho Federal de Psicologia. (2018). RESOLUÇÃO Nº 1, DE 29 DE JANEIRO DE 2018. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf

Cordeiro Silva, A., Rossetti Chalella, G., Picoli, A., & Aggio, N. M. (2024). Revisão de literatura: Gênero na prática clínica analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 26*(1), e241965. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v26i1.1965

Cravo, F. A. M., Almeida-Verdu, A. C. M., & Costa-Junior, F. M. (2022). Revisão de literatura da produção analítico-comportamental nacional sobre gênero e sexualidade. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, *13*(2), 247–265. https://doi.org/10.18761/a52affa6

Devides, M. B. C. (2018). *A violência contra travestis e transexuais mulheres a partir de uma perspectiva analítico-comportamental* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina]. Biblioteca Digital de Teses a Dissertações do GOV. https://repositorio.uel.br/handle/123456789/16751

Evang, J. (2022). Is "Gender Ideology" Western Colonialism?. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, 9(3), 365–386. https://doi.org/10.1215/23289252-9836036

Fazzano, L. H., & Gallo. A. E. (2015). Uma análise da homofobia sob a perspectivada análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, *23*(3), 535- 545. https://doi.org/10.9788/TP2015.3-02.

Fazzano, L. H., Toledo, B. F., & Gallo, A. E. (2022). Uma interpretação comportamental sobre a LGBTfobia reproduzida no contexto psicoterapêutico. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, *13*(1), 183–196. https://doi.org/10.18761/DH10410.ago211

Grupo Gay da Bahia. (2025). *Relatório de mídia julho*. https://grupogaydabahia.com.br/relatorio-de-midia-julho/

Hofstetter, M. V. (2020). Gênero e análise do comportamento: uma revisão de estudos publicados em periódicos. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP de Teses e Dissertações dos Programas de Pós-Graduação da PUC-SP. https://tede2.pucsp.br/handle/handle/24206#:~:text=para%20este%20item%3A-,https%3A//repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/24206,-Tipo%3A%C2%A0

Jesus, J. G. D. (2014). Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. *Universitas Humanística, 78*, p. 241-258. http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0120-48072014000200011&script=sci_abstract&tlng=pt

Jesus, J. G. de, & Alves, H. (2012). Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Revista Cronos, 11*(2). https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150

Lionço, T. (2016). A despatologização das identidades trans: questões e desafios na atualidade. *Revista EPOS*, *7*(2), 147-156. Recuperado em 15 de janeiro de 2026, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2016000200010&lng=pt&tlng=pt.

Leland, W., & Stockwell, A. (2019). A self-assessment tool for cultivating affirming practices with transgender and gender-nonconforming (TGNC) clients, supervisees, students, and colleagues. *Behavior Analysis in Practice, 12*(4), 816–825. https://doi.org/10.1007/s40617-019-00375-0

Malott, R. W. (1996). A Behavior-Analytic View Of Sexuality, Transsexuality, Homosexuality, and Heterosexuality. *Behavior and Social Issues, 6*(2), 127-140. https://doi.org/10.5210/bsi.v6i2.286

Matos, M. A. (1999). Com o que o Behaviorismo Radical trabalha? In R. A. Banaco (Org.), *Sobre Comportamento e Cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de Formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista* (pp. 45-54). ARBytes.

Mizael, T. M., Dahás, L., & Zamignani, D. R. (2022). Análise do comportamento e direitos das populações socialmente vulneráveis: Em direção a uma prática culturalmente sensível. *Perspectivas Em Análise Do*

Comportamento, *13*(1). https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/830

Morris, C., Goetz, D. B., & Gabriele-Black, K. (2021). The Treatment of LGBTQ+ Individuals in Behavior-Analytic Publications: A Historical Review. *Behavior Analysis in Practice, 14*(4), 1179-1190. https://doi.org/10.1007/s40617-020-00546-4

Mussi, S. V., & Malerbi, F. E. K. (2020). Análise de contingências a partir dos relatos de pessoas transgênero em um livro autobiográfico. *Psicologia Revista*, *29*(1), 134–156. https://doi.org/10.23925/2594-3871.2020v29i1p134-156

Mussi, S. V., & Malerbi, F. E. K. (2020). Revisão de estudos que empregaram intervenções afirmativas para LGBTQI+ sob uma perspectiva analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 22*(1). https://doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1438

Nascimento, L. (2021). *Transfeminismo*. São Paulo, Jandaíra.

Nascimento, S. de S. (2022). Epistemologias Transfeministas Negras: Perspectivas e Desafios para Mulheridades Múltiplas. *Estudos Históricos (Rio De Janeiro), 35*(77), 548–573. https://doi.org/10.1590/S2178-149420220311

Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., & McGuinness, L. A., Stewart, L. A., Thomas, J.,... Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *British Medical Journal*, 372(71). https://doi.org/10.1136/bmj.n71

Ramos, M., Soares de Almeida-Segundo, D., Brandelli Costa, A., & Cerqueira-Santos, E. (2026). Atitudes Corretivas e Crenças de psicoterapeutas sobre a diversidade sexual e de gênero. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *28*(1), p. 39-45. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v28i1.2201

Ruiz, M. R. (1998). Personal agency in feminist theory: Evicting the illusive dweller. *The Behavior Analyst,* 21(2), 179–192. https://doi.org/10.1007/BF03391962

Sant'Ana, M. F., de Souza. F. H. S., & de Melo, C. M. (2019). Uma discussão sobre identidade de gênero e orientação sexual no Comportamentalismo Radical. In T. A. Bolsoni-Silva, D. Zilio, H. L. Gusso, J. H. de Almeida, & P. C. M. Mayer (Orgs.), *Comportamento em foco: Vol. 9. Análises teóricas, educação e questões sociais* (pp. 136–152). ABPMC.

Sant'Ana, V. L. P. (2003). Identidade Sexual e Identidade de Gênero. In M. Z. da. S. Brandão, F. C. de. S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, C. B. de Moura, V. M. da Silva, & S. M. Oliane (Orgs.), Sobre Comportamento e Cognição Clínica, pesquisa e aplicação (pp. 154-162). ESETec.

Silva, B. H. da S. e, & Viecili, J. (2022). Características do comportamento de microagressão contra pessoas trans em ambientes de trabalho. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 13(1), 271–288. https://doi.org/10.18761/veem.0078.out21

Silva, E. C., & Laurenti, C. (2016). B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: "A mulher" à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Perspectivas em análise do comportamento*, *7*(2), 197-211. https://doi.org/10.18761/pac.2016.009

Siqueira, H. R. de M., & Siqueira, V. R. de. (2022). Estratégias da análise do comportamento para diminuição de atos agressivos contra transexuais no ambiente escolar. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, *13*(1), 142–156. https://doi.org/10.18761/veem.0079.out21

Skinner, B. F. (2003). *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1953).

Souza, J. dos S., Marques, J. M., Scanavino, M. de T., Zamignani, D. R., & Costa, A. B. (2022). Desfechos negativos em saúde mental de minorias de sexo e de gênero: uma análise comportamental a partir da teoria do estresse de minorias. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, *13*(1), 069–085. https://doi.org/10.18761/DH027.mart22

Zin, G. de O., Gama, V. D., & Reis, M. de J. D. dos. (2022). Self e transgeneridade: contingências sociais e controle aversivo na identidade e vivências de transgêneros binários. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, *13*(1), 007–024. https://doi.org/10.18761/DH000167.set21